

REDES DE SOCIABILIDADE POLÍTICA NUM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: NOTAS DE UMA PESQUISA

Tiago dos Santos Lira¹
Luis Antonio Barone²

Introdução

O presente trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, tendo sido desenvolvido também com o apoio da Fundacte/FCT/Unesp. A justificativa deste estudo está na emergência da temática do desenvolvimento local como possibilidade de alternativas para a sustentabilidade sócio-econômica das regiões rurais. Sob esta ótica, a problemática dos assentamentos de reforma agrária tem sido pouco avaliada. O universo empírico de investigação é o município de Presidente Venceslau – localizado no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado de São Paulo/Brasil) - que tem uma população de pouco mais 36 mil habitantes e que conta com quatro Projetos de Assentamentos Rurais.

O projeto, que se encontra em andamento, tem como objetivo principal identificar as redes de relações políticas envolvendo os assentados nos P.A.s do município de Presidente Venceslau/SP e os agentes políticos dessa localidade (autoridade municipais, líderes partidários, sindicais e de movimentos), bem como levantar a participação desses agricultores assentados nos fóruns políticos municipais (Conselhos, O.P., associações, etc.). Quatro objetivos específicos animam o estudo: 1) identificar os programas ou projetos municipais voltados aos assentamentos; 2) levantar a participação dos assentados nos fóruns municipais (Conselhos, O.P., Sindicatos, partidos, associações, etc); 3) análise da participação dos assentados nos processos políticos locais (filiações partidárias, candidaturas e programas específicos); 4) discussão sobre as possibilidades de atuação/controle dos assentados sobre os processos de definição das políticas municipais pró-assentamentos. Numa revisão

¹ Aluno do 2º ano do Curso de Geografia da FCT/Unesp

² Sociólogo, Professor do Departamento de Planejamento e Estudos Ambientais da FCT/Unesp

bibliográfica, constatou-se a importância da questão do poder local, haja vista a evolução das responsabilidades governamentais sobre os assentamentos. Os Projetos de Assentamentos são criados através do governo federal ou do governo estadual (este é o caso dos PAs de P. Venceslau), mas, logo após os assentamentos estarem instalados, o poder público municipal tem uma participação crescente na vida dos assentamentos, seja através das benfeitorias em saúde e educação, seja na busca de soluções para os dilemas de desenvolvimento econômico dos assentamentos (Medeiros et al, 2002; Barone e Ferrante, 2003).

Neste texto, serão apresentados tão somente alguns resultados preliminares desse estudo mais completo. Após breve contextualização da política de assentamentos e da região em análise, serão enfocados os elementos empíricos que permitam refletir sobre a temática da ação/intervenção do poder local junto aos assentamentos.

A Política de Assentamentos no Brasil: breve análise

Respondendo às pressões do período imediatamente anterior, o regime militar, ainda em 1964, instituiu o Estatuto da Terra, que permitia a desapropriação de terras com indenização por títulos da dívida agrária. A Reforma Agrária já vinha sendo desejo de grande parte da população, frustrada com a implementação da ditadura militar, que simplesmente esqueceu a Reforma Agrária. A alternativa encontrada pela repressão foi a “colonização” da região Amazônica para resolver o problema da “população excedente” (Bergamasco e Norder, 2003). No começo dos anos 1980, novos e velhos atores políticos – dentre os quais destacam-se os movimentos sociais – retomam a bandeira da Reforma Agrária, sendo que em 1985 surge o MST – principal ator nas mobilizações pró Reforma Agrária no Brasil contemporâneo.

Em um Congresso da Contag realizado em 1985, com a presença de autoridades do recém-empossado governo civil brasileiro, foi aprovada a proposta de incluir as empresas rurais entre os imóveis passíveis de desapropriação para a Reforma Agrária. Com isso surge a UDR (União Democrática Ruralista) para representar o empresariado rural que via seus privilégios ameaçados pela intensificação dos movimentos de “massa”. É do mesmo período o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. No período correspondente ao governo Collor (1990-1992) houve uma paralisia no processo de implementação dos assentamentos rurais. Nesta conjuntura, segundo estudiosos da questão,

“Configura-se a criação de obstáculos jurídicos e administrativos que apontavam para uma paralisia não apenas política, mas também jurídica e institucional dos programas de implementação de assentamentos rurais que, ainda que muito lenta e parcialmente, vinham sendo implementadas nos anos 80” (Bergamasco e Norder, 2003, pág.33).

Logo após a eleição de FHC, em 1994, o MST adota a estratégia de intensificar as ocupações de terra, para “forçar” o governo a decretar a desapropriação de áreas ocupadas. Nesse contexto, parte da população pobre do país, vendo os seus salários cada vez mais baixos e nenhuma perspectiva de mudança, encontra nos movimentos sociais de luta pela terra uma alternativa de emprego e moradia. Retoma-se, então, uma política de assentamentos rurais em todo o país. Segundo uma analista dessa realidade,

“Verifica-se um processo de reconversão de trajetórias de vida e reelaboração de relações sociais: são cortadores de cana transformando-se em produtores familiares, trabalhadores de origem urbana tornando-se, pelo menos parcialmente, em agricultores, trabalhadores que tinham na provisoriedade de acesso à terra a condição de sua sobrevivência passando a ganhar condições de fixação, como ‘assentados’ ”(Medeiros e Leite, 1999, pág.15).

Os números de assentamentos realizados entre 1964-1996, mostrados pelo I Censo da Reforma Agrária no Brasil, apontam que nesse período cerca de 200 mil famílias haviam sido assentadas em projetos do governo federal, embora haja quem contestasse esses dados (Bergamasco e Norder, 2003).

No Estado de São Paulo, desde 1980, a luta pela terra se intensifica, protagonizada por diversos movimentos e organizações rurais. Quando o governador Franco Montoro assumiu o governo, em 1983, herdou questões fundiárias não solucionadas, porém já bastante publicizadas, graças à retomada gradual das liberdades políticas (Bergamasco e Norder, 2003). Mas, é a partir de 1995, no governo Mário Covas, que SP assiste a um grande impulso na política de assentamentos. Como relata Bergamasco e Norder (2003), “foi possível assentar ou iniciar o assentamento de mais de 3837 famílias até 1999, das quais 3287 no Pontal do Paranapanema”.

Inúmeros são os aspectos positivos dessa política de assentamentos. No tocante ao seu impacto local, os assentamentos muitas vezes se tornam viáveis para os municípios, que passam a arrecadar um ICMS maior com as transações comerciais dos assentamentos.

“A revista Caros Amigos de julho de 1997, por exemplo, anuncia em sua capa: Promissão, a cidade salva pelo sem-terra. Há na reportagem uma entrevista com o prefeito então em exercício, que reafirma a importância do assentamento na economia do município. ‘Nosso ICMS por habitante é maior que o de Lins, que é uma cidade grande, tem o dobro da população’ ”(Bergamasco e Norder, 2003, pág. 93).

A política de assentamentos é tema de muitos debates e conflitos que estão longe de ter o seu fim. Os atuais governos, seja no âmbito estadual ou federal, conduzem de forma pouco satisfatória o processo de Reforma Agrária. Com relação ao Estado de São Paulo, a região do Pontal do Paranapanema é a de maior importância quando se tematiza essa questão.

Contextualizando o Pontal do Paranapanema

Na região em estudo, criaram-se, desde os anos 1960, assentamentos, que teriam sido uma forma oficial de amenizar e mediar os conflitos (Antônio, 1990). Portanto, a ação estatal teve como intuito controlar os movimentos e, ao mesmo tempo, promover a integração dessa região ao desenvolvimento do estado de São Paulo. Através dessas políticas, o Estado incorpora as reivindicações dos camponeses, mesmo sendo fortemente influenciado pelo poder econômico.

Antônio (1990) destaca, ainda, a intervenção estatal pós 1983 (em meio ao processo de luta pela redemocratização do país), que, ao tentar resolver definitivamente a questão jurídica das terras, permitiu que os interesses da classe ruralista regional fossem ameaçados, dando a conhecer a real situação jurídica das terras em questão: terras públicas ocupadas irregularmente (Leite, 1999). Sempre que nos referimos às políticas de assentamentos no Pontal, a questão da “grilagem” é emergente.

A partir disso, a mobilização dos trabalhadores que se inicia nos anos 1960 e passa por forte refluxo na década de 1970, ressurge, juntamente com os hoje conhecidos conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema. Segundo Fernandes (1996), a partir deste processo de desenvolvimento da luta, surgem as primeiras divergências políticas, em relação ao papel e participação dos Sindicatos de trabalhadores rurais, bem como ao partido vencedor das eleições estaduais de 1982, o PMDB, que na campanha, comprometeu-se com as forças reformistas, sem evidenciar que a desapropriação de terras particulares para fins de reforma agrária é de competência exclusiva do governo federal.

Sem resposta imediata do governo a esta questão, os trabalhadores começam a ocupar terras como forma de luta. Sendo mobilizações visando terras públicas - uma forma paliativa para se resolver a questão emergente - essas ocupações e conseqüentes assentamentos causaram a reação dos latifundiários, que criaram a UDR - União Democrática Ruralista - para a defesa de seus interesses.

Fernandes discute, ainda, uma série de desdobramentos da complexa realidade fundiária do Pontal do Paranapanema, a partir de 1990: as ocupações, as inúmeras dificuldades e violências sofridas pelos trabalhadores neste processo, a fragmentação das relações dentro do próprio Movimento, o

posicionamento de instituições, justiça e partidos políticos e os acordos entre o governo do Estado e os fazendeiros (herdeiros da grilagem) para formação de assentamentos (1996). Seu abrangente trabalho, porém, não foca de modo adequado o que pode ser denominado de “situação de assentamento”, quando os “sem-terra” passam a compor essa nova categoria de produtores rurais, os assentados, cujo destino ainda não está em nada definido.

Os Impasses do desenvolvimento dos P.A.’S no Pontal

Quando o trabalhador consegue o seu lote precisa encontrar soluções para tirar o sustento e conseguir uma renda para sua família. Para além do dilema sobre a produção individual/familiar ou coletiva, pode-se citar globalmente a assistência ao produtor assentados como uma de suas maiores dificuldades.

Um dos principais problemas observados no desenvolvimento dos projetos de assentamentos do Estado é a falta de uma atuação clara, firme e eficiente do corpo técnico (Barone, 2000). A política de concessão de crédito também não é regular e adequada cronologicamente. No tocante a Assistência Técnica, estudos recentes também apontam para as dificuldades estruturais que os técnicos encontram e a relação técnico-assentado se mostra muito complexa.

“Uma maneira exemplar de apresentar essa dificuldade é analisar a relação entre assentados e os técnicos que acima são, didaticamente classificados como “militantes”. Se por um lado a atitude dedicada desse grupo costuma facilitar o acesso dos trabalhadores ao DAF, ele implica num jogo de reciprocidade pouco compreendida pelos técnicos” (Barone, 2000, pág.64).

Os impasses ligados ao desenvolvimento produtivo dos assentamentos no Pontal são grandes. Região com forte presença do capital pecuário de corte, a chamada “terra do Nelore mocho” convive com uma situação de indefinição em sua estrutura fundiária³, além de uma dificuldade de décadas em superar a estagnação econômica. Mais atualmente, no entanto, a problemática do desenvolvimento regional tem mobilizado os agentes políticos e econômicos do Pontal.

³ Novas ações discriminatórias estão em andamento na Justiça, o que aponta para novas intervenções do Estado e novos assentamentos. Tentando resolver mais rapidamente o conflito, o governo atual fez aprovar uma nova lei de regularização fundiária (2004). No entanto, a baixíssima adesão dos fazendeiros e a falta de apoio dos movimentos sociais (notadamente, do MST), praticamente inviabilizam a aplicação dessa norma.

O diagnosticado “*vazio econômico*”, vivido pela região, começa a ser superado nos anos 2000, devido à recuperação do setor de abastecimento de carne. Embora tardiamente em relação ao Centro-Oeste, a região também tem assistido nesse início de século, ao avanço da sojicultura. Esse movimento econômico – que tem consorciado a pecuária de corte e a agricultura de grãos – não alcança, porém, os projetos de assentamentos.

Com uma importância demográfica e social inegável, essas milhares de famílias estão à margem dessa alternativa de desenvolvimento. Especificamente com relação a essa modalidade de expansão da sojicultura, ao ser ela encaminhada através de um programa estadual de arrendamento, exclui o agricultor assentado dos benefícios concedidos pelo poder público estadual (os assentados, oficialmente, não podem arrendar suas terras). O futuro dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, como da região como um todo, ainda é indefinido. No presente, a concepção dos assentamentos como alavanca ao desenvolvimento regional permanece como um ideário construído pelo MST, sem retorno concreto nas agendas dos poderes envolvidos.

Dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando no Pontal, o MST - principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Cocamp). Trata-se do projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do Estado. Poucos anos após sua fundação, a Cocamp contava com praticamente 2000 associados. Seus objetivos eram estimular a diversificação produtivas nos P.A.s e “fechar” a cadeia produtiva, por meio da industrialização da produção dos assentamentos (Ribas e Thomaz Jr., 2000). Para tanto, além da aquisição de 50 tratores e centenas de implementos, a Cocamp iniciou a instalação de uma grande planta industrial na cidade de Teodoro Sampaio, projetando silos para armazenamento de grãos, uma despolpadeira de frutas (com vistas à comercialização de polpas de frutas congeladas), laticínio e fecularia.

A importância desse projeto, não só para os assentamentos, mas para toda a região, no entanto, foi prejudicada pelos inúmeros problemas de gestão da cooperativa. Dependente de recursos oficiais, a Cocamp sofreu com a extinção do PROCERA⁴, principal fonte de seu financiamento. A partir dos anos 2000, a Cocamp passa também a ser investigada pelo Ministério Público, por denúncias de desvio de recursos. Essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de

⁴ Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária, principal programa de financiamento de investimentos nos assentamentos, extinto em 1999.

instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno a curto prazo.

Poder Local e os Assentamentos

Os assentamentos são criados através do governo federal ou do governo estadual, mas logo após sua instalação, o poder local (Principalmente as Prefeituras Municipais) tem uma participação quase que total na vida da população assentada. A aproximação da Prefeitura com as lideranças dos assentados, procurando atender algumas demandas, também busca manter um controle sobre eles.

Uma vez que são criados os assentamentos, é inevitável que suas demandas atinjam o âmbito municipal, (sobretudo as Prefeituras), pois é lá que estão instalados os lotes. Isto permite que as Prefeituras se tornem importantes agentes na consolidação dos assentamentos. A relação política entre os políticos locais e a população assentada, no entanto, está sempre muito contaminada pelo clientelismo.

“A criação e desenvolvimento dos assentamentos têm se mostrado importantes na legitimação da luta pela terra, mas, ao mesmo tempo, desautorizam visões idealizadoras sobre o significado de sua presença. Se eles passam a participar do jogo político local, trazem propostas, disputam demandas, nem por isso deixam de reproduzir mecanismos já consolidados através da adesão a determinados modos de fazer políticas, marcados pela troca de favores, que estão no cerne da própria cultura da política brasileira” (Medeiros et al,2002, pág. 195).

Os assentados, na busca de conseguirem coisas imediatas, se aliam a partidos políticos independentemente da ideologia. Exemplo disso é um deputado federal da região de Araraquara que será um importante mediador entre os assentados e o poder público (Barone, 2002). Isso foi notável quando, através desse deputado, se consegue um financiamento para investimento na compra de máquinas para o assentamento Bela Vista.

“Reproduz-se, então, o comportamento típico da clientela política – tanto nos quadros políticos da cidade, quanto nas lideranças assentadas. Eco do distante coronelismo, os quadros políticos da região tentarão manter fechados os seus novos ‘currais’, na reprodução de uma racionalidade política tradicional, agora atualizada num contexto mais moderno.” (Barone, 2002, pág. 169).

Essas práticas clientelistas têm o seu destaque na assistência social. Muitas vezes, a busca de prefeitos e vereadores em consolidar o seu grupo de apoiadores leva estas práticas adiante. Algumas lideranças do referido assentamento de Araraquara usaram como moeda eleitoral o clientelismo - ajuda nas aposentadorias que uma assentada fazia através de seus contatos políticos (Barone, 2002). Vemos, assim, a forma com que a Prefeitura disponibiliza os seus recursos: através de contatos com as lideranças para cooptar as mesmas em proveito próprio.

Uma alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos com uma maior participação dos assentados foi a criação dos CMDR's (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), que só se tornam interessantes quando todos os agentes envolvidos tem uma participação equitativa, podendo estes decidir sobre o rumo das suas vidas. Os sindicatos têm se mostrado um fator importantíssimo nos CMDR's, embora, em alguns casos, os sindicatos são cooptados pela Prefeitura que, com autoritarismo, decide o que deve ser feito.

Os agricultores familiares se engajam como militantes no CMDR para exercer realmente uma participação. Às vezes, as condições precárias dos representantes da agricultura familiar dos assentamentos minimizam a sua participação. É nessa hora que os Sindicatos de trabalhadores têm que se mostrarem fortes e do lado dos trabalhadores.

Diversas são as formas que o poder local tem de se relacionar com os assentados. Elas podem ser relações clientelísticas diretas, ou até mais institucionais, que se apresenta nos Programas, Planos Ação e Conselhos Municipais. Com relação à integração desses P.A.s ao entorno microrregional e local - sem dúvida, parte integrante desse dilema da situação de assentamento – o conjunto de relações travadas entre o poder público municipal, através de seus agentes, e os trabalhadores assentados, suas organizações e lideranças, define um campo de forças que a pesquisa começa a revelar.

A Relação entre Poder Local e Assentamentos em Presidente Venceslau

Em Presidente Venceslau, município com pouco mais de 36 mil habitantes, uma administração com certa abertura aos grupos mais organizados de trabalhadores (PT) busca, desde a gestão 2001-2004, desenvolver uma política específica para a população assentada em quatro Projetos de Assentamentos (de responsabilidade do ITESP) dentro do município. A principal realização desta administração (reeleita em 2004) foi a conclusão das obras da escola no P.A. Primavera, o maior do município. Embora tendo sido um projeto lançado por uma administração anterior, a gestão atual transformou a Escola do Assentamento Primavera na “menina dos olhos” da administração (expressão usada pelo próprio prefeito, entrevistado em junho de 2004).

Por outro lado, as lideranças de trabalhadores mais organizados dos assentamentos de P. Venceslau, embora empenhem apoio à gestão “de esquerda”, são críticos com relação ao pouco que esse mesmo mandatário realizou para os assentamentos. A limitação de uma política para os assentamentos apenas à instalação da escola numa das áreas reformadas foi uma crítica recorrente, durante o primeiro ano de levantamento de dados em Venceslau.

O principal ponto de discórdia entre prefeito e líderes dos assentamentos refere-se à instalação e orientação da Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente (DAAMA), repartição municipal dedicada ao desenvolvimento rural. Desde sua implantação, em 2002, lideranças sindicais rurais, ligadas aos assentados de Venceslau, pleiteiam maior poder de definição nessa repartição, comandada por um agrônomo sem vinculação partidária, mas ligado ao setor de assistência técnica de grandes propriedades pecuaristas.

A DAAMA, segundo seu coordenador, conta com projetos voltados para a capacitação do produtor rural através de dias de campo, excursões técnicas e através de cursos. A atribuição dessa Divisão é fazer as feiras-livres, uma de sábado e uma de quarta-feira, manter o recinto de exposições do município e o horto florestal e o Consórcio Intermunicipal Pró-Estrada, que constitui-se de uma patrulha de máquinas que servem a quatro municípios (o secretário executivo desse consórcio é o coordenador da DAAMA).

Com relação a iniciativas para os assentamentos, o coordenador da Divisão relatou para a pesquisa que um dos trabalhos da DAAMA é no incentivo dos trabalhadores a criarem associações e que todos participem do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), do qual ele é o presidente. Cita-se, também, a participação da comunidade rural no Orçamento Participativo (60% dos moradores da zona rural venceslauense são assentados). A disputa por uma outra patrulha agrícola (conjunto de um trator e implementos) entre grupos de agricultores tradicionais e os assentados, marcou esses primeiros anos do CMDR - que começou a funcionar, de fato, somente em 2002. O encaminhamento desses equipamentos para uma associação de assentados do PA Tupãciretã é sempre citado como uma vitória dos assentados no interior do CMDR de Venceslau.

No entanto, uma das principais lideranças de trabalhadores rurais do município, um sindicalista ligado à FERAESP⁵, tem criticado abertamente a atuação da DAAMA e da gestão petista. Até mesmo porque, segundo ele, a principal atuação da Divisão foi com relação ao programa “Bolsa de Arrendamento para a Soja”,

⁵ Federação dos Sindicatos de Empregados Assalariados Rurais, que embora represente estatutariamente apenas o segmento de assalariados rurais, não deixa de atuar junto aos grupos de sem-terra e assentados.

iniciativa do governo estadual que estaria “barrando a luta pela reforma agrária na região”, pois ocupa produtivamente terras que estão sendo reivindicadas para a Reforma Agrária. Esse mesmo sindicalista rural aponta a frustração com relação ao governo do PT e falou da reivindicação da criação de um cargo dentro da DAAMA para a agricultura familiar (leia-se, para um agente indicado pelo sindicato). Deve-se fazer uma observação a respeito da criação deste cargo, que está sendo motivo de debates e que, em 2005, começa a ficar mais intenso e, ao mesmo tempo, confuso. Uma importante liderança do MST na região, que é assentada em uns dos P.A.'s de Presidente Venceslau, juntamente com uma das lideranças do Sindicato dos Empregados Rurais, começaram a reivindicar a criação de uma secretaria desvinculada da DAAMA o mais urgente possível. Fizeram esta exigência, inclusive, com ameaça de colocar esta proposta para os vereadores da oposição (que são maioria) para ser aprovado na Câmara dos Vereadores.

Também deve-se apontar para outro agente, que é de responsabilidade do governo do Estado, mas que tem um papel fundamental no desenvolvimento dos assentamentos e faz parte do poder local - o ITESP. Este instituto, que deveria ser de uma importância ímpar para os assentados no que tange à assistência técnica, deixa de ser, pois com o avanço do agronegócio é interessante para o governo do Estado manter burocratizado ao máximo este órgão e, ainda por cima, deprimindo salários dos técnicos e não promovendo melhorias na estrutura do ITESP, o que sucateia um bem público em detrimento da iniciativa privada.

Este órgão é duramente criticado pelo atual prefeito, que é do PT, por lideranças sindicais ligadas a agricultura familiar e pelos próprios assentados. Há uma tentativa de aproximação e de trabalho com o ITESP, mas o mesmo, na sua atual forma, não oferece nada que aponte para uma aproximação mais orgânica.

O que pode criar um poder maior de reivindicação por melhorias na vida das famílias assentadas são as Associações, por serem agrupamentos de trabalhadores capazes de pressionar os poderes públicos. Mas, o que se pode perceber é que as Associações de Venceslau não conseguem se estabelecer enquanto representantes dos assentados e nem mesmo consegue uma união interna. Elas existem mais para a gestão de algum bem comunitário (como no caso do trator recebido via CMDR), enquanto se mostram bastante dependentes politicamente de lideranças não assentadas, como políticos da cidade e militantes do sindicato dos empregados rurais.

Conclusão

Este trabalho de pesquisa, desenvolvido ao longo de 2004 e 2005, demonstra a importância de se conhecer a dinâmica entre o poder local em relação aos assentados. É um papel do poder local, sem sombra de dúvidas, o

desenvolvimento dos assentamentos que, se bem trabalhados, só favorecem a economia do município com a arrecadação oriunda da produção dos assentados (como se vê no caso do supracitado município de Promissão/SP).

No trabalho desenvolvido pode-se perceber que os assentamentos de Presidente Venceslau, que juntos chegam a ter 250 famílias, não podem ser esquecidos pelo poder local. A Prefeitura, através das Divisões (Educação, Agricultura e etc.) tem uma participação dentro dos assentamentos. Os assentados buscam fazer ouvir suas reivindicações através do CMDR, que é uma oportunidade de estarem discutindo as demandas para os assentamentos. Têm, também, uma participação significativa no Orçamento Participativo. Várias são as críticas, que os assentados fazem em relação a todos estes agentes do poder público, que não os representam em seus interesses. O principal alvo das críticas, sem dúvida nenhuma, é o ITESP, cujos técnicos são, muitas vezes, hostilizados.

A Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau – que tem uma atuação interessante junto aos P.A.s - é administrada pelo Partido dos Trabalhadores e o Estado de São Paulo, que controla o ITESP, é administrado pelo PSDB. Então, muitas vezes, tem-se esta disputa política, de interesses partidários e de projetos para os assentados.

Finalmente, cremos que este trabalho só será válido se tiver alguma utilidade prática e se todas as informações chegarem às lideranças dos assentados e ao poder público. A construção de uma vontade política pró-assentamentos conduzirá de forma satisfatória os desdobramentos dos projetos do poder local com vistas ao desenvolvimento dos P.A.'s.

Referências:

ANTONIO, A. P. O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado. Os exemplos da alta sorocabana no período 1960-1990. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 1990.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. “Assentamentos Rurais e Poder Local: Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária” in BERGAMASCO, S.M.P.P. et al (org.) Dinâmicas familiar, produtiva e cultura nos assentamentos rurais de São Paulo, Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

BARONE, L.A. “Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária: Da Política Reativa ao Vazio de Projeto-O caso do estado de São Paulo” in FERRANTE, V.L.S.B.(org.) Retratos de Assentamentos, ano V, nº8, Araraquara, NUPEDOR/FCL, 2000.

BARONE, L.A. “Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária”(Tese de Doutorado) Araraquara, FCL/Unesp, 2002.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. “A Alternativa dos Assentamentos Rurais: Organização Social, Trabalho e Política”- São Paulo, Terceira Margem, 2003.

BERGAMASCO, S.M.P.P. e NORDER, L.A.C. “Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)” in MEDEIROS, L.S. e LEITE, S.(org.) A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade/UFGS/CPDA, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano *MST formação e territorialização* São Paulo: Hucitec, 1996.

LEITE, José Ferrari *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, L.S. et al “Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro” in MOREIRA, R.J e COSTA, L.F.C.(org.) Mundo Rural e Cultura, Rio de Janeiro, Muad, 2002.

MEDEIROS, L.S. e LEITE, S. (org.) A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade/UFGS/CPDA, 1999.

RIBAS, A. D.; THOMAZ JR, A. “A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho”. Revista Geografia em atos, V. 1, nº 2, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000.